

# DECADÊNCIA DA CAFEICULTURA FLUMINENSE E SEUS DESDOBRAMENTOS (1850-1929)<sup>1</sup>

Wilson Vieira<sup>2</sup>

## **Abstract**

*In the present paper we propose to study the apogee/decadence of fluminense coffee plantation, observing the possible and/or used alternatives to face this crisis. We defend the hypothesis that the Rio de Janeiro suffers an absolute backward in their coffee production and a industrial relative backward (comparing with São Paulo). The period of time englobes all the coffee apogee/decadence process of Fluminense Paraíba Valley (1850-1882) and the economic politics applied at Rio de Janeiro (State and Federal District) in the period 1882-1929. We intend to do too a historiographic discussion, showing exist three currents of opinion about the consequences of coffee plantation crisis: i) UNICAMP current and their defensors (João Manuel Cardoso de Mello, Sérgio Silva, Wilson Cano, Rui Granziera, Luiz Antonio Tannuri, Álvaro Pignaton); ii) current of authors against the ideas of UNICAMP (Maria Antonieta P. Leopoldi, Marieta de Moraes Ferreira, Ana Maria dos Santos and Sonia Mendonça); iii) alternative current: it uses the ideas of first and second currents and proposes new ideas to debate (Hildete Pereira de Melo, Marco Antonio Guarita and Maria Bárbara Levy).*

## **1 - O APOGEU E A DECADÊNCIA DA CAFEICULTURA FLUMINENSE<sup>3</sup>**

A partir de 1755, ponto de inflexão da economia do ouro de Minas Gerais, onde se inicia a sua regressão, observamos um quadro de decadência na economia colonial, com o açúcar e o algodão como principais produtos de exportação, porém, como mercadorias marginais no exterior<sup>4</sup>. Essa decadência estava situada na passagem para o capitalismo industrial, que exigia a liquidação da economia colonial, pois naquele momento necessitava-se de alimentos e matérias-primas produzidos em massa pelo conjunto da periferia, significando preços baixos e produção complementar, com o objetivo de rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e baratear o custo dos elementos componentes do capital constante.

Esse capitalismo industrial, que traria consigo o início da crise das economias coloniais e que estimularia, rapidamente, a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados nacionais, não destruiria, de imediato, o trabalho compulsório (seu último fundamento) porque, em primeiro lugar, ele não afetava em nada a entrada dos produtos industriais ingleses e, em segundo lugar, porque a decisão de se abolir o trabalho compulsório passou a ser uma decisão “exclusiva” dos novos países independentes (era uma decisão nacional).

Observamos que a queda, de fato, do “exclusivo metropolitano” e a subsequente formação do Estado Nacional foram antecipadas com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808, através, entre outras, das seguintes medidas: liberalização dos portos, criação do primeiro banco e maior liberdade de comércio e indústria.

Estas medidas de 1808 reforçaram o surgimento de uma burguesia nacional que é

<sup>1</sup> Agradecemos a Epaminondas Luiz Borges Filho pelas críticas e sugestões apresentadas ao artigo.

<sup>2</sup> Economista, mestrando em História Econômica no Instituto de Economia da UNICAMP e bolsista da FAPESP.

<sup>3</sup> Os parágrafos que se seguem se baseiam largamente em CANO (1977), CANO (1985) e MELLO (1982) (salvo indicações contrárias ou citações destes autores).

<sup>4</sup> Cf. FURTADO (1959), cap. 13-15.

apoiada desde cedo pelo Estado, promovendo a reinserção do Brasil na economia internacional através do café. Ou seja, a economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, sendo que as fazendas de café (certamente as mais significativas) foram organizadas com capitais vindos do setor mercantil, que financiou essa economia. As primeiras terras próprias para o cultivo do café eram próximas ao Rio de Janeiro e seus primeiros escravos eram procedentes da desagregação da economia mineira.

Em relação à demanda externa por café, observamos nas três primeiras décadas do século XIX a generalização do seu consumo, deixando de ser “produto colonial”. Isto ocorreu porque os preços internacionais baixaram, devido, em grande parte, ao crescimento da oferta brasileira. O aumento da demanda, por sua vez, estimulava novo crescimento da oferta. Os preços do café (caso subissem) contariam apenas com os seguintes limites: i) concorrência de substitutos quase perfeitos (chá, por exemplo); ii) concorrência com outros países produtores, iii) exclusão da cesta de consumo popular (produto de sobremesa).

A partir do que foi afirmado acima, compreende-se porque a empresa cafeeira surgiu como latifúndio escravista. Como latifúndio devido aos preços dos recursos produtivos: a definição da produção como sendo de massa impunha uma escala mínima de produção lucrativa (as margens de lucro eram reduzidas), determinando, assim, investimentos vultosos, que funcionavam como barreiras à entrada de grande número de produtores. E era escravista porque o trabalho escravo superexplorado mostrou-se mais rentável que o trabalho assalariado (que deveria ser bem remunerado para fazer os produtores diretos - posseiros ou pequenos proprietários - deixarem de produzir sua subsistência).

Da maneira descrita acima, ocorreu uma grande expansão do plantio na década de 1830, percorrendo uma trajetória ascendente até 1850, quando o Brasil proibiu legalmente o tráfico negreiro (sendo que até meados de 1856 houve declarado contrabando). A partir daí, o preço do escravo alcançaria preços altíssimos e a oferta, após 1856, seria atendida basicamente pelo Nordeste brasileiro (apesar disto, a província do Rio de Janeiro aumentaria o número de escravos no período 1844-1877). Com o crescente encarecimento da mão-de-obra, a agricultura cafeeira tendeu à especialização, reduzindo os cultivos alimentares para a manutenção da fazenda, transformando uma parcela de custos, que em grande parte eram não-monetários em monetários (os alimentos passam a ser comprados), requerendo capital circulante adicional (o que implicava em crescente parcela de juros efetivos ou imputados nos custos de produção), sendo que esses custos se elevaram devido ao aumento dos preços absolutos desses alimentos no mercado. Podemos concluir, então, que a expansão do plantio se deu, a partir de 1850, com custos crescentes e com margens decrescentes de lucro, tendo como consequência a diminuição do ritmo e do potencial de acumulação.

Portanto, após 1850, não seria possível à economia cafeeira se expandir se não fosse a subida providencial de preços a partir de 1857. A consequência disso foi um crescimento considerável da produção, com o grosso da nova capacidade produtiva tendo começado a entrar em operação em 1863, quando os preços internacionais se deprimiram muito, ao mesmo tempo em que ocorria o esgotamento da região ocidental (Resende, Vassouras, Barra Mansa e outras) após 1860, o que provocou o deslocamento do café para a região oriental (Cantagalo, Paraíba do Sul, etc.), praticamente terminando aí sua possibilidade de expansão. Contudo, em 1868, ocorre a redução da produção mundial do café (por causa de fatores naturais) e o aumento do consumo mundial, ocasionando a subida dos preços externos e internos até 1875.

Porém, nesse meio tempo, pudemos observar que os processos agrícolas

empregados, as condições do solo e da topografia, além da erosão e exaustão das terras, forçaram o café a fazer uma nova marcha, desta vez para o interior, procurando terras virgens e férteis, causando aumento nos seus preços (entre 1870 e 1873 duplicaram) e nos custos de transporte. Estes são reduzidos com a expansão ferroviária (cuja maior fase de crescimento se deu nas décadas de 1870 e 1880), permitindo um outro alento à cafeicultura escravista e representando uma nova oportunidade de inversão para o capital cafeeiro. Entretanto, a expansão ferroviária foi feita, em sua maior parte, depois que as plantações de café já estavam maturadas, salvo (isto na década de 1870) a região oriental. Ou seja, a ferrovia não exerceu o papel de “criadora de terras”, como ocorreu no Oeste Paulista.

A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada, cujas causas, que foram se desenhando desde 1850, estavam na insistência em se continuar na adoção do escravismo (cada vez mais uma alternativa anti-econômica, como vimos acima), nas técnicas tradicionais na produção agrícola (o arado parece que só foi utilizado mais amplamente após a Abolição) e no beneficiamento do café, onde a maior parte da produção até 1882 continuava sendo beneficiada no engenho de pilão e nos despoldadores e não na máquina de beneficiamento.

Os efeitos da derrocada foram: i) tendência à diminuição da taxa de lucro da ferrovia, resultando numa estrutura deficitária, tendo como única solução a encampação estatal; ii) a introdução da máquina de beneficiamento, apesar de poupar mão-de-obra e reduzir custos, também não teve o mesmo sucesso que o de outras regiões, pois foi introduzida num contexto de economia escravista decadente, além do fato dessa máquina ser mais rudimentar que as existentes no Oeste Paulista.

O que se pode observar é que a subordinação da cafeicultura ao capital mercantil e a pressão enorme dos custos econômicos dessa cultura, abreviaram seu fim: o fazendeiro e o comissário (intermediário comercial daquele) não se recuperaram, pois estavam presos à crise econômica e financeira (mesmo assim, poucos ainda conseguiram migrar a tempo para outras regiões cafeeiras, se salvando da falência).

Na visão de Granziera (1979), o fato é que havia um enorme desencontro das necessidades financeiras dos fazendeiros e do uso do crédito urbano, cada vez mais direcionado para as operações de curto prazo. E a razão disso estava na persistência das incertezas que cercavam a propriedade, dada a situação de crise. Acrescente-se a isso que a entrada em operação dos bancos ingleses em 1863 colabora para o aprofundamento das diferenças entre os interesses do fazendeiro (empréstimos a longo prazo) e os do capital bancário (operações de curto prazo), entendendo-se porque as operações do brasileiro Banco Rural e Hipotecário eram idênticas às de seus concorrentes. No meio dessa disputa, as casas bancárias perderam a vez, acarretando o fim da fonte que levava o crédito (a custo elevadíssimo) à produção. Com isso aflorava o problema hipotecário, despertando maiores problemas para o produtor, ausente da grande cidade.

Na tentativa de solucionar o problema hipotecário, em 1866 temos uma outra legislação sobre as hipotecas e as emissões, consistindo-se de dois pontos principais: i) criação da repartição de hipotecas: fundo de 35 mil contos para aquisição de apólices da dívida pública; ii) fim da emissão bancária, que é substituída pela do Tesouro Nacional, sendo que “(...) todos os valores de circulação fiduciária existentes em poder do Banco seriam pagos pela emissão de papel-moeda. Mais tarde, o Banco propôs ao governo que comprasse a totalidade de sua reserva metálica (...)”<sup>5</sup>

Os dois pontos acima ligam o problema das hipotecas à Guerra do Paraguai (1865-

---

<sup>5</sup> GRANZIERA (1979: 96).

1870), cujo financiamento interno tinha como base as emissões oficiais e apólices da dívida pública, transformando grande parte dos ativos do Banco nestas últimas, constituindo-se em operações de curto prazo que concorriam com os empréstimos hipotecários, que foram preteridos (o fundo de 35 mil contos poderia ser destinado à aquisição de apólices, como exceção). O projeto se destinava a aumentar o raio de financiamento dos fazendeiros. Porém, foi burlado, pois o Banco utilizou o fundo hipotecário na transformação de antigos títulos pessoais (que eram ativos dos comissários) em títulos hipotecários. Ou seja, novas hipotecas eram muito raras e mesmo quando havia estas, contavam-se como hipotecas urbanas.

Nas palavras de Granziera (1979):

“Persistia, portanto, o fazendeiro fluminense encerrado numa estrutura de crédito adversa, e meios não eram palpáveis que lhe pudessem socorrer.”<sup>6</sup>

Observamos, então, que a fase áurea de expansão (entre o início da década de 1870 e o início da década de 1880) fez-se a custos crescentes. Para piorar ainda mais o quadro, nesse mesmo período as cafeiculturas do “Oeste Paulista”, do Espírito Santo e de Minas Gerais duplicam suas produções, ultrapassando, e muito, a produção do Rio de Janeiro. Outro fator que colaborou para a crise foi o fato da transição para o regime de trabalho livre não ter prosperado, diferentemente do “Oeste Paulista”, que, na maior parte do novo plantio, não necessitou aguardar a abolição.

Na visão de Pignaton (1977) sobre a cafeicultura fluminense, após a Abolição houve a decadência definitiva do campo, com terras deterioradas, não permitindo, assim, uma retomada, em bases capitalistas, da produção cafeeira. Tivemos como alternativas a pecuária extensiva e de baixa produtividade ou a monocultura da cana de açúcar no Norte Fluminense. Ou seja, a região do Rio de Janeiro não pôde contar com um setor agrícola que pudesse impulsionar e ser impulsionado pelo setor industrial. O resultado disso foi a decadência do campo e a atrofia relativa da indústria.

## **2 - O CAFÉ E A INDUSTRIALIZAÇÃO FLUMINENSE**

Apesar da gravidade do quadro visto acima, a urbanização do Rio de Janeiro, a estrutura de comercialização do café e a centralização do aparelho de Estado na cidade do Rio de Janeiro evitaram danos maiores da crise. O fato do Rio de Janeiro ter sido a sede do Estado, tornou possível a essa cidade que se urbanizasse mais cedo, ou seja, deu a ela maior infra-estrutura (porto do Rio de Janeiro, por exemplo), centralização comercial e financeira do país, concentração de boa parte do gasto público, garantindo amplo emprego público e de serviços a seus habitantes. Acrescenta-se a isso o fato de que as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo terem sido tributárias da cidade do Rio de Janeiro (até o momento em que é implantado o porto de Santos no final do século passado, passando a produção cafeeira paulista ser exportada por aí, e, feitas as melhorias no porto de Vitória nos anos 1920, passando os cafés capixaba e mineiro a ser aí escoados). Isto significava que os agentes econômicos daquele espaço urbano apropriavam-se de grande parte dos lucros, dos salários e dos impostos advindos das cafeiculturas regionais. Com isso, a burguesia da cidade do Rio de Janeiro pôde reproduzir seu capital, criando o primeiro espaço industrial mais importante do país. Acrescentando aqui que essa burguesia tinha como atividade original o comércio de importação e exportação e que desde 1808 até a década de 1870, o desenvolvimento manufatureiro foi restrito e ocorreu em surtos descontínuos, contando, em muitos casos, com mão-de-obra escrava e processos manuais de fabricação, como veremos nos parágrafos que se seguem abaixo.

---

<sup>6</sup> GRANZIERA (1979: 97).

Observamos no período 1808-1840 um limitado desenvolvimento, devido ao auto-abastecimento das unidades de produção cafeeiras (inclusive na produção de tecidos de algodão para as roupas dos escravos, de peças de carpintaria em geral, mobílias, calçados, selas, arreios de animais e material para edificações, utilizando-se os escravos mais habilidosos ou mesmo trabalhadores livres.<sup>7</sup> No período 1840-1860, com a expansão da economia cafeeira e sua maior integração com o mercado mundial, verificou-se a necessidade de uma série de atividades urbanas, a fim de complementar a estrutura de funcionamento da atividade exportadora. Observamos, então, um crescimento sem precedentes das atividades manufatureiras, que foram estimuladas pela reforma tarifária de 1844 e pelo decreto de 1846.<sup>8</sup> Nos anos 1860, porém, os investimentos manufatureiros se retraíram e as manufaturas passaram por grandes dificuldades<sup>9</sup>, como decorrência das reformulações tarifárias de 1857 e 1860, de caráter nitidamente fiscalista, com revogação dos incentivos previstos anteriormente (a fim de atender aos interesses dos grandes fazendeiros, que exigiam o barateamento dos gêneros de primeira necessidade). Além disso, ainda tivemos a conhecida “lei dos entraves”, de 1860<sup>10</sup>, que proibia a venda de ações antes da integralização total do capital, atrapalhando a formação de novas empresas.

A partir de 1870, porém, a expansão industrial seria qualitativamente diferente, por ter utilizado predominantemente trabalhadores livres e assalariados (a mão-de-obra escrava alocada nas atividades urbanas foi transferida para a cafeicultura por causa do fim do tráfico e do aumento do preço dos escravos, além do fato do processo de industrialização/urbanização ter introduzido de forma lenta o trabalho livre na cidade) e máquinas movidas à força motriz. É um processo de “implantação de fábricas” subordinado direta ou indiretamente ao capital cafeeiro, aproveitando-se da política monetária emissionista para financiar a Guerra do Paraguai, que trouxe novas possibilidades de concessão de créditos, apesar da tarifa de 1869 (de caráter liberal). Entretanto, com a reformulação tarifária de 1874, que possibilitou um aumento maciço da importação de produtos estrangeiros, juntamente com a redução do crédito, as manufaturas passam por um novo período de dificuldades. Tendo em vista isto, tivemos em 1879 uma orientação mais protecionista com a Tarifa Assis Figueiredo .

O período de 1880 em diante será visto no próximo item, que mostra os desdobramentos da decadência da cafeicultura fluminense em todos os setores da economia (inclusive na indústria).

---

<sup>7</sup> Cf. SOARES (1984: 118).

<sup>8</sup> “Nos anos 1840 chegaram a existir na região fluminense 41 estabelecimentos manufatureiros de diversos ramos, localizando-se 35 no Município Neutro e 6 na Província do Rio de Janeiro. Os ramos mais importantes foram os de chapéus, fundição e máquinas [destacando-se o estabelecimento de Mauá], fiação e tecelagem de algodão (têxtil), papel, sabão e velas (...).

“Nos anos 1850 o número de estabelecimentos manufatureiros na região quase triplicou e até o final desta década chegaram a funcionar 108 deles. O Município Neutro continuou concentrando um número maior de estabelecimentos, chegando estes a 88, enquanto que espalhados pelo por alguns Municípios da Província do Rio de Janeiro localizaram-se 20 estabelecimentos. Nesta década, entre os ramos mais importantes estiveram o têxtil, o de chapéus, o de fundição e máquinas, o de sabão e velas, o de calçados, o de rapé e o de papel.” (SOARES, 1984: 156).

<sup>9</sup> “Alguns estabelecimentos fecharam suas portas e outros tiveram até os anos 1880 uma existência estagnada, sem que se verificasse neles um crescimento considerável de suas vendas e de sua capacidade produtiva, chegando mesmo a processar em alguns ramos uma redução destas.” (SOARES, 1984: 156).

<sup>10</sup> Segundo Granziera (1979), a “lei dos entraves” foi revogada em 4 de novembro de 1882. Isso permitiu às empresas o seu estabelecimento sem autorização do governo (com exceção dos bancos de circulação), porém, com a proibição de vender ações antes da integralização total do capital. Em contrapartida, passou a ser possível às empresas lançarem empréstimos através de emissões de debêntures até o valor do montante de seus capitais.

### 3 - OS DESDOBRAMENTOS DA DECADÊNCIA

Segundo Tannuri (1977), após a última grande expansão do café, o concentrado capital-comercial teve que diversificar suas inversões, pois a cafeicultura não oferecia mais perspectivas de crescimento.

Uma das alternativas encontradas foi a da inversão financeira em títulos oficiais. Ou seja, o capital privado, tanto dos comerciantes quanto dos antigos fazendeiros queria ficar “seguro e acautelado” sob a dívida pública, contando também com os bancos nacionais, que passaram a comprar esses papéis, que compuseram cada vez mais os ativos bancários. Com o aumento da dívida pública e a grande aceitação desses títulos na praça carioca, tivemos como consequência a diminuição acentuada do papel-moeda no Rio. Para piorar ainda mais a situação, o governo mantinha uma política monetária austera, o que resultou numa escassez de liquidez, que durou vinte anos (1870-1890). Dentro deste período, teremos alguns anos em que a pouca liquidez se apresentou de maneira crítica, como em 1875, que acarretou uma crise de numerário.

Na visão de Tannuri (1977), o concentrado capital-comercial encontrará outras formas de inversão além dos títulos públicos, seja nos transportes (ferrovias, por exemplo, onde o capital cafeeiro também investia, como vimos anteriormente), seja nos empreendimentos industriais. Sendo que estes últimos são ampliados, pois já existiam indústrias instaladas antes da crise da cafeicultura.

Essa crise de liquidez só foi sentida pelos dirigentes políticos após a Abolição, quando ela se evidencia na agricultura. Como tentativa de solução para esse problema, o Ministério de 7 de junho de 1889 “(...) celebrou contratos com alguns bancos, pelos quais o Tesouro se comprometia a adiantar até 84.500:000\$000 [oitenta e quatro mil e quinhentos contos de réis], sem juros, por prazos que variavam de sete a vinte e dois anos. Os bancos, por sua vez, eram obrigados, pelos termos do contrato, a emprestarem à lavoura o duplo dessa quantia a prazos de um a quinze anos com juros de 6% ao ano.”<sup>11</sup>

Porém, a aplicação dessa política não logrou êxito: a agricultura fluminense passa a conviver entre hipotecas e arrendamentos e produtividade decrescente. Os empréstimos para ajudar a lavoura não transpuseram o segmento urbano, que estava sequioso de recursos: as empresas comerciais e industriais aproveitaram-se dessa situação para ampliar seus capitais, evidenciando a forte concentração do capital comercial, valendo aqui lembrar o fato desses investimentos estarem circunscritos no contexto da decadência cafeeira do Vale do Paraíba, o que colocava bem menos possibilidades de inversão em capital produtivo para o Distrito Federal, ao contrário de São Paulo, cuja dinâmica oferecia um leque mais amplo de possibilidades de investimento, dado o caráter de integração entre o café e a indústria.

Outro fato importante é que o movimento de ampliação da industrialização carioca esteve particularmente vinculado à política monetária e ao Encilhamento (alta prolongada de ações da Bolsa de Valores). Houve a reativação do mercado acionário, a criação de vários bancos e o aparecimento de novos ativos financeiros, que, juntos, forneceram um crédito caro. Apesar disto, houve um certo alento à indústria carioca, que estava com sérias dificuldades financeiras no decorrer de todo o período de escassa liquidez (1870-1890).

Dado esse retrocesso, essa região passou por uma profunda reestruturação de sua economia, tornando-se cada vez mais dependente de atividades prestadoras de serviços, destacando-se especialmente o governo, advindo daí um certo freio à acumulação de capital para a expansão industrial. Contudo, o grande tamanho das principais fábricas

---

<sup>11</sup> TANNURI (1977: 24).

(maior que a dimensão média das grandes fábricas paulistas), além do alto grau de diversificação e concentração industrial (30% da produção do país, segundo o Censo de 1907), propiciou condição de competitividade à indústria carioca, pelo menos até 1907. A partir daí houve um período de “encolhimento” relativo, visto entre os Censos de 1907 e de 1920, que mostra a queda da participação da indústria carioca no total nacional.

Vale aqui citar que um agravante desse quadro estava no fato da indústria carioca pagar na época a maior taxa média de salário do país, encarecendo os custos de produção. A causa disso residia no fato de que o custo de alimentação dessa mão-de-obra tinha que ser muito alto, por causa da inexistência de agricultura local e da precariedade agrícola do Estado do Rio de Janeiro (como já vimos anteriormente).

Na década de 1920 vimos um certo alento na indústria carioca com a recuperação da economia cafeeira de Minas Gerais e a expansão desse produto no Espírito Santo (mantendo-se um lento declínio na zona fluminense), além da expansão do gasto público federal.

A queda do Rio de Janeiro só não foi mais grave por dois motivos: i) indústria estruturada desde cedo com estabelecimentos de grande porte e de alta produtividade, garantindo melhores condições de competitividade nas demais regiões; ii) por se constituir o segundo mercado nacional permitiu-se-lhe implantar ramos industriais “complexos” (não tanto como São Paulo), que complementavam sua antiga produção industrial, garantindo, assim, uma reserva do mercado nacional para si. Isto poderia ter sido proporcionado por ações decisivas do setor público e pelas inversões diretas de capital estrangeiro, talvez não tendo decorrido substancialmente de decisões intrínsecas do processo de acumulação de capital na própria região.

#### 4 - A CONTROVÉRSIA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Até agora, vimos autores que analisaram o Rio de Janeiro pós-decadência do café, afirmando que essa região sofreu um retrocesso absoluto na cafeicultura e um retrocesso relativo no desenvolvimento industrial. Em seguida, examinaremos os autores que afirmam que a industrialização do Rio de Janeiro (Distrito Federal e estado) não só não configurou um quadro de retrocesso em relação a São Paulo, como não mostrou ligação direta com a decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba, que teve, porém, ligação com alguma diversificação agrícola, conforme veremos abaixo. Depois, examinaremos os autores que mantêm uma terceira opinião, isto é, concordam com alguns pontos do primeiro grupo de autores e com alguns dos autores do segundo grupo.

Na visão de Leopoldi (1986), foi justamente nas décadas de 1880 a 1890 que o Rio de Janeiro se firmou como o principal centro industrial e financeiro do país. As características da cidade (centro financeiro, portuário, comercial e político-administrativo), as mudanças trazidas pelo regime republicano e a abolição da escravidão contribuíram para isso, a despeito da crise da cafeicultura. A autora critica a visão de Cano, na qual se afirma que houve retrocesso industrial relativo do Rio de Janeiro (tendo em vista o avanço de São Paulo) e de que essa região teve fatores limitantes a um maior crescimento industrial. Ela diz que houve, na verdade, um descompasso no ritmo da industrialização, ou seja, a indústria do Distrito Federal continuou a crescer nas três primeiras décadas do século XX, mas de forma lenta, enquanto o parque industrial paulista se expandia rapidamente. O antigo Distrito Federal prosseguiu o seu crescimento moderado até a década de 20, quando começou a apresentar sinais de desaceleração nesse setor, enquanto o interior fluminense se expandia e São Paulo imprimia maior velocidade ao seu desenvolvimento industrial. Ela afirma que no período 1900-1920 não se observam “sinais precisos de desaceleração industrial” do Rio de Janeiro, mas sim uma transformação na estrutura da indústria, havendo redução do número de estabelecimentos, concentração da produção num número pequeno de grandes indústrias, que investiam altamente o capital em maquinaria atualizada, além de possuírem muitos trabalhadores.

Aqui, contudo, cabem duas importantes observações: i) a autora não admite as evidências estatísticas, de que tanto o Distrito Federal como o estado do Rio de Janeiro foram diminuindo a concentração da produção industrial; ii) ela confunde a tese defendida por Cano, que é a de retrocesso industrial relativo do Rio de Janeiro, com a tese de retrocesso absoluto dessa região: em nenhum momento ele afirma que não houve crescimento, mas sim que este ocorreu, porém, menor que São Paulo, com destaque cada vez maior das atividades terciárias, e com a tentativa de penetração nos mercados das diversas regiões do país, não atingidas pela indústria paulista.

Ferreira (1994) afirma que com a grave crise no conjunto da agricultura fluminense (1890), há um conjunto de dificuldades para superar os entraves colocados pela crise do escravismo e várias tentativas de encontrar alternativas, o que ocorre nas primeiras décadas do século XX, com a diversificação agrícola. De fato, no período 1900-1918, a autora afirma ter havido várias tentativas de diversificação da agricultura, com a adoção da policultura e que a partir de 1903 houve uma tendência ascendente das exportações fluminenses de gêneros de primeira necessidade, uma diminuição da participação do café na economia fluminense e um aumento da participação de outros produtos agrícolas, sob a liderança do açúcar.

Já a partir de 1910 ocorre o movimento inverso: há uma “(...) retomada gradativa do plantio de novos cafezais, tanto em áreas novas no norte do estado quanto em antigas regiões cafeeiras, graças a uma relativa recuperação de preços. Contudo, foi a



conjuntura que se delineou com o pós-guerra que realmente proporcionou um novo *boom* da cafeicultura fluminense. As fortes geadas de junho de 1918, o restabelecimento do comércio internacional e o aumento da importação americana, com o fim da guerra, concorreram para um maior equilíbrio entre oferta e procura e conseqüentemente para a elevação dos preços do café no mercado externo.”<sup>12</sup> Segundo Ferreira (1994), isso fez com que a cafeicultura voltasse a assumir um papel fundamental na economia do estado, porém, sem a dimensão do passado, não havendo reconversão da monocultura cafeeira para a policultura, que foi uma solução conjuntural. A autora também vê que a crise da cafeicultura fluminense não entrouvamente o estabelecimento da indústria no Distrito Federal e no Estado do Rio, concordando, neste ponto, com a tese de Cano.

Santos e Mendonça (1985), afirmam que o governo fluminense procurou atuar em prol da diversificação agrícola, como forma de baratear o custo de reposição da força de trabalho urbana e para a neutralização dos efeitos da reduzida capacidade de importar da economia fluminense, devido ao declínio da produção e dos preços do café. Essa política regional de diversificação agrícola veio, então, como uma resposta à crise cafeeira de 1896. Após 1906, vemos a continuação do estímulo à policultura e apoio à pecuária. Houve também o estímulo às indústrias que consumissem matérias-primas da agropecuária fluminense, sendo que a partir de 1910, a esfera federal, através do Ministério da Agricultura, se empenharia numa campanha em prol do policultivo<sup>13</sup>.

O que se observa, então, é que as autoras não trabalham com o período imediatamente posterior ao início da decadência cafeeira (1882), ficando a dúvida sobre o período 1882-1896, isto é, se houve realmente a “decadência definitiva” do campo, que Pignaton afirma.

Veremos agora o grupo de autores que sustentam a terceira visão.

Melo (1993) afirma que o café impulsionou o crescimento da renda e induziu a diversificação das atividades econômicas dos antigos Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, lembrando que dois grupos de autores negam esta afirmação: i) o grupo dos autores paulistas (UNICAMP) vê a crise da lavoura cafeeira fluminense como a geradora da perda de dinamismo da economia do Rio de Janeiro, ii) o grupo dos historiadores do Rio de Janeiro relativiza esta afirmação, enfatizando o capital comercial e as funções burocráticas da capital federal como os geradores do implante industrial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. A autora acredita que as duas visões têm razão no que concluem, mas no tocante ao aspecto imediato da questão, afirmando que a crise do café fluminense foi longa e definitiva e que as funções mercantis e governamentais que a cidade do Rio de Janeiro exercia, tiveram seu peso no desenvolvimento industrial da antiga capital federal. No entanto, a visão dela é que a riqueza gerada pela atividade exportadora cafeeira foi a base geradora da acumulação mercantil na região, favorecida pela presença do aparelho governamental na cidade do Rio de Janeiro, cuja elite mercantil expropriou o excedente da cafeicultura fluminense.

Melo discute com Cano e Pignaton, que defendem a tese de que a baixa produtividade do café fluminense, frente ao dinamismo da economia paulista, atrasou o Rio de Janeiro no caminho da modernização. Contrariando esses autores, ela afirma que essa decadência da cafeicultura é relativa mas não absoluta [sendo que até a abolição da escravidão, o café seguiu a trajetória descrita por Cano (1977)], pois o Porto

---

<sup>12</sup> FERREIRA (1994: 47).

<sup>13</sup> Mendonça, em sua dissertação de mestrado (1977), defende que a diversificação foi bem-sucedida, apesar da sua pouquíssima participação no incremento das receitas das exportações, como ela mesma mostra através de dados coletados e compilados na sua dissertação.

do Rio de Janeiro foi o segundo exportador mundial de café no período 1870-1930. As exportações provinham do interior fluminense e da zona tributária do porto do Rio de Janeiro (Minas Gerais e, em menor escala, São Paulo e Espírito Santo).

Guarita (1986) sustenta que o crescimento industrial carioca não foi diretamente dependente da atividade cafeeira, que tinha no Rio de Janeiro seu porto de exportação. Para o autor, o sucesso posterior à decadência do café decorreu do dinamismo e magnitude do mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro, além da capacidade da indústria de penetrar com sua produção nos principais mercados do país. Porém, no longo prazo (1907 em diante) a indústria carioca revelaria uma perda progressiva na sua importância relativa na atividade industrial brasileira.

Levy (1988) critica a idéia de lavoura cafeeira escravista decadente, pois, segundo ela, o Norte Fluminense despontou com novas áreas de cultivo já baseadas no trabalho livre, não implicando na afirmação de que existiu uma agricultura dinâmica, mas que, segundo a autora, as interpretações que só vêem o declínio do Vale do Paraíba são insuficientes. Vale também aqui afirmar que após a crise da economia cafeeira do Vale do Paraíba, a autora viu uma tendência à diversificação agrícola, com o apoio do Governo do Estado, constituindo-se numa reação a essa crise.

A autora também afirma que a expansão significativa da indústria do Rio de Janeiro se deu da segunda metade do século XIX até as proximidades da Segunda Guerra Mundial, não tendo se constituído numa atividade diretamente dependente da economia cafeeira, e alcançando um sucesso decorrente da penetração de sua produção nos principais mercados do país (isto enquanto teve capacidade para tanto). Porém, após 1907, a cidade do Rio de Janeiro foi perdendo progressivamente a importância relativa de que gozava no país, por causa do crescimento paulista e, sobretudo, por causa da perda de mercados que abastecia e também [citando Cano (1977)] por causa da tecnologia energética mais antiquada e falta de economias externas.

## 5 - CONCLUSÃO

Em resumo, podemos dizer que a economia cafeeira fluminense surgiu num contexto escravista e subordinada ao capital comercial. Observamos que a própria forma de organização dessa economia, com cultivo predatório, baixa produtividade, grande dependência do capital comercial (que se intensifica após 1850, com a extinção do tráfico escravo), levaram essa economia à derrocada na década de 1880.

Dentro do período 1808-1870 vimos um desenvolvimento manufatureiro restrito pelas próprias características da economia fluminense e pelas políticas tarifárias do Governo Imperial (a maioria delas de cunho liberal). A partir de 1870, porém, vimos um processo de “implantação de fábricas” (com uso predominante de mão-de-obra livre e assalariada e máquinas movidas à força motriz), como consequência da política monetária emissionista para financiar a Guerra do Paraguai.

Com a decadência da cafeicultura fluminense, observamos os seguintes desdobramentos: com a crise observamos que o concentrado capital-comercial procurará diversificar suas inversões, além dos títulos públicos (transportes e empreendimentos industriais). A indústria consegue um certo alento com o Encilhamento, mas também decai relativamente, porém lentamente, dado o fato de sua indústria ser mais antiga em comparação com a indústria paulista, que cresce como consequência de sua expansão cafeeira num contexto de trabalho livre. Quanto ao café, observamos uma lenta agonia do café e tentativas de diversificação da agricultura, que a nosso ver não lograram sucesso.

No tocante à controvérsia sobre os desdobramentos da cafeicultura fluminense, podemos dizer que o único consenso é o de que houve crise na cafeicultura fluminense no final do século passado. Quanto à natureza da economia que se segue à crise não vemos o mesmo: as posições defendidas são de que ou o Rio de Janeiro se deslanchou economicamente com crescimento industrial e diversificação agrícola ou, apesar de ter crescido industrialmente, sofreu um processo de retrocesso nesse setor em relação a São Paulo, com a decadência do campo, ou ainda, que cresceu industrialmente, sendo que seu retrocesso relativo se deu de forma lenta, principalmente a partir de 1907, contando com a diversificação da agricultura. Observamos, contudo, que nenhum deles procurou comparar aprofundadamente o Rio de Janeiro com São Paulo, que se industrializa a partir do café.

Enfim, sustentamos a idéia de que o Rio de Janeiro sofreu um retrocesso absoluto na cafeicultura e um retrocesso relativo na indústria, dado o crescimento vertiginoso da indústria de São Paulo e que as tentativas de diversificação da agricultura fluminense não foram bem-sucedidas, dada a sua pouca participação na produção do Estado do Rio de Janeiro.

## 6 - BIBLIOGRAFIA

- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo**. 2ª edição. São Paulo, DIFEL, 1977.
- \_\_\_\_\_. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos** 15(2), p.291-306, maio/ago. 1985.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1977. (Dissertação, Mestrado em História).
- \_\_\_\_\_. **Política e Poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha**. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, nº 1, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Em Busca da Idade do Ouro: As Elites Fluminenses na Primeira**

- República (1889-1930). Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994, 167 p.
- FISHLOW, Albert. Origens do Processo de Substituição de Importações. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, p.10-14, 1971.
- FRAGA, Constantino C. Resenha Histórica do Café no Brasil. **Boletim da Divisão Econômica Rural**. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 10 (1), 1963.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, 242 p.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1979.
- GUARITA, Marco Antonio. **A Indústria de Transformação do Rio de Janeiro no Início do Século**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1986. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: O Rio de Janeiro de 1844 a 1944. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, UFF, v. 1, nº 3, 1986.
- LEVY, Maria Bárbara. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas: Esboços de História Empresarial**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1988. (Tese para o concurso de Professor Titular da FEA/UFRJ).
- MELO, Hildete Pereira. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro (1888/1920)**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1993. (Tese, Doutorado em Economia).
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1977. (Dissertação, Mestrado em História).
- PIGNATON, Álvaro. Origens da Industrialização do Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, Campus, nº 15, 1977.
- \_\_\_\_\_ & MENDONÇA, Sônia Regina. Intervenção Estatal e Diversificação Agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914). **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, UFF, v. 1, nº 2, 1986.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- SOARES, Luis Carlos. **A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste**. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense – 1840- 1880. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1984. (Dissertação, Mestrado em História).
- STEIN, Stanley. **The Brazilian Cotton Manufacture**. Cambridge - Massachussets, Harvard University Press, 1957.
- TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1977. 141 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- VERSIANI, Flávio Rabelo. Industrialização e Economia de Exportação: A Experiência Brasileira Antes de 1914. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, nº 34 (1), jan./mar. 1980.
- \_\_\_\_\_ e VERSIANI, Maria Teresa R. O. **A Industrialização Brasileira Antes**

**de 1930:** Uma Contribuição in VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José Roberto Mendonça de (organizadores). Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização. São Paulo, Saraiva, 1977.